

# Nota Informativa

Edição 109/2024

## DESTAQUES

PL de IA terá de ser votado na CTIA, do Senado, até o dia 15 de setembro

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

BNDES e Apex anunciam observatório de startups

Projeto proíbe aplicativos de celular de coletar dados do usuário por meio de microfone ou câmera

Projeto proíbe plataformas de streaming de limitar acesso apenas à residência do usuário

Projeto cria mecanismos para aumentar transparência em fundos de telecomunicações

Lula indica Iagê Zendrom Miola para dirigir Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Puxados por IA generativa, gastos globais com TI em 2024 devem crescer 7,5%

TCU recomenda reforço nas pesquisas de preços e catálogos do governo para TIC

Lula defende taxação das big techs e ação contra fake news no País

Regulamentação das Bets atrai interesse de empresas de tecnologia

## REFORMA TRIBUTÁRIA

Diversos setores pedem revisão de alíquotas para evitar o aumento de preços com a reforma tributária

## RIO GRANDE DO SUL

Projeto cria programa de Microcrédito Emergencial para empreendedores do RS

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CGU avalia estruturas e processos de governança e gestão de contratações públicas

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo deverá fazer esforço fiscal de 1,3% do PIB para cumprir meta de primário em 2024, diz IFI

Descompasso entre arrecadação e despesas do governo cai, mas ainda equivale a 1,9% do PIB

## POLÍTICA

Acordo com governo é improvável, diz relator de autonomia do BC

Ao lado de Lula, Randolfe Rodrigues se filia ao PT

Projeto sobre desoneração só será votado com consenso, diz Pacheco

## RELAÇÕES EXTERIORES

Conheça as 5 principais regras do novo Regime de Origem do Mercosul

## TRABALHISTA

Teletrabalho: governo estende prazo até 31 de outubro para adequação às novas regras

## DESTAQUES

### PL de IA terá de ser votado na CTIA, do Senado, até o dia 15 de setembro

Poder Executivo | 18/07/2024

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou a Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA) até 15 de setembro. O requerimento que formaliza o prazo foi assinado na terça-feira, 16, e publicado na quarta, 17, data que marcaria o dia de encerramento do colegiado. Assim, Pacheco rejeita o requerimento feito pelo presidente da Comissão Temporária de IA, CTIA, senador Carlos Viana (Podemos-MG), que pediu um prazo até dezembro. Ele chegou a dizer que 'não tinha pressa em votar', e pediu a deliberação do tema somente depois das eleições municipais. Mas o pleito foi rejeitado. "O senador Carlos Viana chegou a formular um pedido de extensão mais longa para existência da comissão. A Presidência compreende que esse tema da inteligência artificial é um tema de grande relevância. É muito importante que o Senado se decida sobre, nesse projeto que foi muito trabalhado pela comissão de juristas e foi exaustivamente debatido na comissão especial", disse Pacheco, ao justificar o prazo de 60 dias. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### BNDES e Apex anunciam observatório de startups

Poder Executivo | 18/07/2024 - 14h20min

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anuncia nos próximos dias a criação de um observatório de startups em parceria com a Apex Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). O acordo foi firmado durante reunião na quinta (18) entre o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o presidente da Apex, Jorge Viana, no Rio de Janeiro. A proposta do observatório será estruturar mecanismos de fomento às startups, incluindo a criação de um fundo de até R\$ 500 milhões para companhias com potencial de se tornarem unicórnios —startups com valor de mercado de US\$ 1 bilhão— e que ainda não tenham passado por abertura de ações na bolsa. Fonte:

Folha de S. Paulo

### **Projeto proíbe aplicativos de celular de coletar dados do usuário por meio de microfone ou câmera**

Poder Legislativo | 18/07/2024 - 14h05min

O Projeto de Lei 2867/23 proíbe aplicativos de celular de coletar dados por meio de microfone ou câmera após o encerramento de chamadas ou quando o aparelho não estiver em uso. “É uma situação frequente encontrarmos-nos em uma conversa próxima a um dispositivo conectado à internet e, logo em seguida, ao acessarmos esse aparelho, sermos surpreendidos com anúncios ou direcionamentos específicos relacionados ao tema da conversa”, afirma o deputado Fábio Teruel (MDB-SP), autor da proposta. “Essas ‘coincidências’ geram suspeitas e receio na população.” Hoje o Marco Civil da Internet já exige o consentimento expresso do usuário para coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, o que deve ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Projeto proíbe plataformas de streaming de limitar acesso apenas à residência do usuário**

Poder Legislativo | 18/07/2024 - 12h35min

O Projeto de Lei 2947/23 proíbe provedores de conteúdo musical ou audiovisual sob demanda – plataformas de streaming – de fazer cobrança adicional pelo acesso à conta em endereço diverso do endereço de residência do usuário. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta foi apresentada pelo deputado Marx Beltrão (PP-AL). Ele explica que, em maio de 2023, assinantes da Netflix no Brasil foram surpreendidos pela decisão da empresa de limitar o acesso à conta a uma única residência. A identificação da residência do titular seria baseada no endereço IP dos dispositivos conectados. “Para compartilhar a conta, o usuário terá que adicionar um membro extra, pagando uma taxa adicional de R\$ 12,90 por mês”, reclamou Beltrão. “A nova regra não agradou os assinantes da plataforma, e com razão, já que a empresa ainda não deu informações claras sobre o que vai acontecer no caso de membros da mesma família que moram em residências diferentes, nem sobre como funcionará o acesso à conta por meio de dispositivos móveis durante uma viagem, por exemplo”, disse. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Projeto cria mecanismos para aumentar transparência em fundos de telecomunicações**

Poder Legislativo | 18/07/2024 - 12h33min

O Projeto de Lei 1240/24, em análise na Câmara dos Deputados, institui mecanismos para aumentar a transparência da gestão e da aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos de telecomunicações (Fust, Funttel e Fistel). A proposta torna obrigatória a publicação anual na internet do montante arrecadado e dos projetos financiados, com detalhamento de valores, objetivos, cronogramas e situação atual. Também serão divulgadas as métricas de avaliação de desempenho desses projetos e eventuais relatórios de auditorias. Criados após as privatizações da década de 1990, os fundos têm objetivos diversos. O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Furst) visa à universalização dos serviços de telecomunicações. O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) financia projetos de inovação tecnológica em telecomunicações. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lula indica lagê Zendrom Miola para dirigir Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados**

Poder Executivo | 18/07/2024 – 09h55min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou para apreciação do Senado Federal o nome de lagê Zendrom Miola para exercer o cargo de diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por quatro anos. A indicação foi

publicada na quinta-feira (18) no Diário Oficial da União (DOU). Se o nome for aprovado, Miola substituirá Nairane Farias Rabelo Leitão, cujo mandato chegou ao fim. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Puxados por IA generativa, gastos globais com TI em 2024 devem crescer 7,5%** Mercado | 18/07/2024

Os gastos globais com TI devem totalizar US\$ 5,26 trilhões em 2024, o que representa um aumento de 7,5% em relação a 2023, de acordo com a última previsão do Gartner. Isso significa uma diminuição em relação à previsão do trimestre anterior, que era de 8% de crescimento, mas um aumento em relação à previsão total de gastos de US\$ 5,06 trilhões. De acordo com John-David Lovelock, vice-presidente e analista do Gartner, a inteligência artificial generativa (GenAI, na sigla em inglês) está sendo sentida em todos os segmentos e subsegmentos de tecnologia, mas não para o benefício de todos. Ele explica que alguns aumentos nos gastos com software são atribuíveis à GenAI, mas para uma empresa de software, a IA generativa se assemelha mais a um imposto, com os ganhos de receita com a venda de complementos ou tokens de GenAI fluindo de volta para o fornecedor do modelo de IA. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **TCU recomenda reforço nas pesquisas de preços e catálogos do governo para TIC** Poder Executivo | 17/07/2024 – 20h36min

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na quarta-feira, 17, uma série de recomendações para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que visam o reforço das pesquisas de preços e catálogos para as aquisições públicas de bens e serviços na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Auditoria do órgão identificou risco de superfaturamento. A orientação é direcionada à Secretaria de Governo Digital (SGD) e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), ambas vinculadas ao MGI, para “exigir que os licitantes informem todos os componentes das soluções de TIC ofertadas, assim como a marca e o fabricante dos produtos constantes de sua proposta comercial”. A falta de informações adequadas consta em amostra de contratos analisados pelas Unidade de Auditoria Especializada em Tecnologia da Informação (AudTI) do TCU, que abrangem “soluções e softwares corriqueiros, mas também outros mais complexos, como switches, firewalls, soluções de hiper convergência, de armazenamento e de segurança”. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lula defende taxação das big techs e ação contra fake news no País** Poder Executivo | 17/07/2024 – 20h23min

Em entrevista veiculada pela TV Record na quarta-feira, 17, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu a regulação e a taxação das big techs, inclusive como uma maneira de combater a disseminação de fake news no País. "Eu quero dizer com muita veemência que não é possível essas empresas continuarem ganhando dinheiro disseminando mentiras, disseminando inverdades, fazendo provocação, campanha contra a vacina, campanha favorável a isso, campanha favorável àquilo, sem levar em conta nenhum compromisso com a verdade", declarou o presidente. O petista lembrou do projeto de lei de regulamentação das plataformas, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que acabou barrado na Câmara. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Regulamentação das Bets atrai interesse de empresas de tecnologia** Mercado | 17/07/2024

Em janeiro deste ano, o Presidente Lula sancionou a Lei 14.790/2023 que regulamenta as apostas esportivas on-line, mais conhecidas como Bets. Com a nova lei chegam diversas responsabilidades a essas empresas, como a presença em território nacional, cumprimento de requisitos técnicos e de segurança cibernética, atendimento aos apostadores e ouvidoria, prevenção a lavagem de dinheiro, entre outras. Segundo um

relatório da XP, divulgado também em janeiro desse ano, acredita-se que o mercado de apostas esportivas esteja movimentando R\$ 100 bilhões no Brasil anualmente, e além disso, teriam faturado R\$ 13 bilhões somente no último ano. Com todo esse faturamento e a necessidade de se adequarem as leis do país, as casas de aposta despertam interesse de empresas de tecnologia. "A regulamentação vem justamente para fazer o controle, e a governança de todo esse volume de dinheiro e volume de pessoas interessadas em apostar.", afirma Danilo Barsotti, CTO da idwall. Fonte: Tiinside

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## REFORMA TRIBUTÁRIA

### Diversos setores pedem revisão de alíquotas para evitar o aumento de preços com a reforma tributária

Mercado | 17/07/2024 – 16h56min

Entidades que representam diversos setores, entre eles, comércio, fabricantes de latas de alumínio, segmento de petróleo e gás, empresas integrantes da área imobiliária, pedem a alteração de pontos do texto da reforma tributária, aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 10 de junho. Segundo os representantes, sem a mudança, haverá aumento de preços em diferentes áreas. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) explica que as novas regras do texto da reforma tributária, aprovada pela Câmara dos Deputados vai resultar em aumento de tributos para setores produtivos essenciais, como as empresas enquadradas no Simples Nacional, além de inserir o Brasil na lista das nações com as maiores cargas de impostos do planeta (26,5%). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RIO GRANDE DO SUL

### Projeto cria programa de Microcrédito Emergencial para empreendedores do RS

Poder Legislativo | 17/07/2024 – 19h27min

O projeto (PL 2.779/2024), de autoria do senador Ireneu Orth (PP-RS), cria o programa de microcrédito emergencial recomeçar, para ajudar empreendedores, formais ou informais, afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. De acordo com a proposta, a implementação do Recomeçar ficará por conta do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O projeto aguarda despacho para as comissões permanentes do Senado. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### CGU avalia estruturas e processos de governança e gestão de contratações públicas

Poder Executivo | 17/07/2024 – 12h21min

A Controladoria-Geral da União divulga o resultado de uma avaliação detalhada das estruturas e dos processos de governança e gestão de contratações em 10 unidades da Administração Pública Federal, totalizando um montante de R\$ 1.696.278.554,45. O trabalho, que abrangeu os exercícios de 2022 e 2023 e contou com a participação de 11 Regionais da CGU, revelou oportunidades significativas de aperfeiçoamento que podem transformar a gestão pública na área de compras. Acesse o Relatório de Avaliação nº 1573338. A análise constatou que 80% das organizações apresentaram fragilidades na elaboração e no acompanhamento do calendário de contratações. Além disso, 100% das unidades não possuíam relatório de riscos de inexecução do Plano de Contratações Anual (PCA), destacando necessidade urgente de melhorias. Fonte: ASCOM CGU

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Governo deverá fazer esforço fiscal de 1,3% do PIB para cumprir meta de primário em

**2024, diz IFI**

Poder Executivo | 18/07/2024 – 14h20min

O governo federal precisará realizar esforço fiscal equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) para cumprir a meta de déficit primário estabelecida para este ano. É o que afirma a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento e avaliação da política fiscal ligado ao Senado. A quantia equivale a aproximadamente R\$ 150 bilhões. No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de julho, divulgado na quinta-feira (18), a IFI calcula que o déficit primário recorrente do governo federal alcançou 1,6% do PIB no acumulado de 12 meses até junho. O resultado primário recorrente é uma medida que exclui do cálculo efeitos considerados não recorrentes, como antecipação de dividendos e outras arrecadações atípicas. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)**Descompasso entre arrecadação e despesas do governo cai, mas ainda equivale a 1,9% do PIB**

Poder Executivo | 17/07/2024 – 13h58min

A diferença entre a arrecadação e as despesas do governo geral – governo federal, municípios e estados – foi de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2024. As informações constam de relatório publicado pelo Tesouro Nacional na quarta-feira (17). Segundo o relatório, houve uma redução na necessidade de financiamento do governo geral na comparação com o mesmo período de 2023, no patamar de 1,9% do PIB. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil no ano. Esse indicador ajuda a medir a atividade econômica. A necessidade de financiamento tem relação com o valor das despesas que não são compensadas pelas receitas. Ou seja, o que o governo geral gasta menos o que o governo recebe. No primeiro trimestre de 2023, esse valor estava no patamar de 2,6% do PIB. Ao separar os resultados por esfera de governo geral, o relatório aponta que a necessidade de financiamento do governo federal chegou a 4,9% no período ante 4,1% no primeiro trimestre de 2023. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)**POLÍTICA****Acordo com governo é improvável, diz relator de autonomia do BC**

Poder Executivo | 17/07/2024 – 20h05min

O governo começou a articular mudanças na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) [65 de 2023](#), que confere autonomia financeira e orçamentária ao BC (Banco Central). O texto tramita no Senado e teve sua votação adiada para agosto. Ao Poder360, o relator Plínio Valério (PSDB-AM) avalia ser difícil costurar acordo com o Governo, já que não há disposição do Ministério da Fazenda em mudar a natureza jurídica do BC de autarquia para empresa pública. “Trata-se da essência da PEC. Se tirar isso, pode tirar o resto. Acabou tudo”, disse Plínio. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), entregou na 4ª feira (17.jul.2024) uma lista de pedidos do governo ao senador tucano. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)**Ao lado de Lula, Randolfe Rodrigues se filia ao PT**

Poder Legislativo | 17/07/2024 – 18h07min

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (AP), se filiou na quinta-feira (18) ao Partido dos Trabalhadores. Randolfe assinou a ficha de filiação em um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela manhã, no Palácio da Alvorada. Também estiveram presentes a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann; o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; e a primeira-dama Janja Lula da Silva. A ida de Randolfe ao PT marca o retorno do parlamentar ao partido depois de quase 20 anos e o fim de uma série de conversas e convites de lideranças da sigla. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Projeto sobre desoneração só será votado com consenso, diz Pacheco

Poder Legislativo | 17/07/2024 – 17h59min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse na quarta-feira (17) que a proposta que trata da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia será colocada novamente em pauta quando houver um consenso entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo sobre a solução para a compensação financeira das perdas de arrecadação com a medida. A matéria estava prevista para ser analisada na quarta-feira, mas o presidente do Senado anunciou a retirada da pauta de votação. “Esse item será incluído oportunamente até que se tenha o consenso estabelecido entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo quanto à fonte de compensação da desoneração”, anunciou Pacheco. Na terça-feira (16), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Advocacia-Geral do Senado apresentaram uma petição ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a prorrogação do prazo dado pelo ministro Cristiano Zanin, que suspendeu o processo de desoneração da folha de 17 setores da economia por 60 dias. O prazo terminaria na semana, mas atendendo ao pedido, o ministro Edson Fachin determinou a prorrogação até 11 de setembro. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RELAÇÕES EXTERIORES

### Conheça as 5 principais regras do novo Regime de Origem do Mercosul

Poder Executivo | 18/07/2024

As mudanças do Regime de Origem do Mercosul (ROM), que define as regras para determinar se um produto pode ser considerado originário de um dos países do bloco, começam a valer a partir de quinta-feira (18). Alinhada às melhores práticas internacionais, a atualização é a mudança mais significativa em 15 anos no Mercosul e deve facilitar os fluxos comerciais e de investimentos. O bloco é o terceiro principal destino das exportações da indústria de transformação brasileira, atrás dos Estados Unidos e da União Europeia. Em 2022, cada R\$ 1 bilhão exportado para o Mercosul rendeu 24 mil empregos, R\$ 550,8 milhões em massa salarial e R\$ 3,7 bilhões em produção para o Brasil, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Fonte: Portal da Indústria

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## TRABALHISTA

### Teletrabalho: governo estende prazo até 31 de outubro para adequação às novas regras

Poder Executivo | 17/07/2024

Órgãos e entidades da Administração Pública Federal terão mais 90 dias para se adequar às novas regras do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Instrução Normativa publicada na quarta-feira (17) altera as diretrizes do programa, que prevê, entre outras regras, a possibilidade de adoção da modalidade de teletrabalho no serviço público. Inicialmente, o prazo para as instituições públicas entrarem em conformidade com as novas regras de implementação e execução do programa terminaria no dia 31 de julho, mas, com a alteração do texto, o prazo encerrará em 31 de outubro, sem possibilidade de nova prorrogação. Outra mudança estabelecida pela Instrução Normativa é a exigência do cumprimento de 6 meses na modalidade presencial para servidores que se movimentarem entre órgãos e entidades da Administração Pública, antes de aderir ao teletrabalho. Além disso, servidores em modalidade de teletrabalho integral ou parcial devem necessariamente disponibilizar número de telefone atualizado, fixo ou móvel, para divulgação dentro do órgão e para o público externo. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)